

DOI: 10.24024/23585188v16n2a2023p029042

Livros e outros materiais didáticos nas práticas de ensino da língua escrita: o que dizem professoras da educação infantil?*Books and other teaching materials in the initial learning of the written language: what early childhood teachers say?*Augusto Vinícius Oliveira da SILVA¹
Alexsandro da SILVA²

Resumo: No campo da educação infantil, muito se discute sobre a pertinência ou não do uso dos livros didáticos nessa etapa da educação básica. Na esteira dessas discussões, temos como objetivo, neste estudo, investigar o papel que livros e outros materiais didáticos desempenham nas práticas de ensino da língua escrita adotadas por professoras da Educação Infantil de escolas de redes municipais de ensino do estado de Pernambuco. Para tanto, conta-se com o apoio teórico de Brandão e Leal (2010), Brandão e Silva (2017), Araujo e Silva (2021), Corsino e Branco (2016), entre outros. O estudo adotou uma abordagem qualitativa (Minayo, 2007) e contou com 20 respostas de professoras atuantes na educação infantil em redes municipais de ensino de Pernambuco. Nos resultados, percebeu-se que 70% das professoras utilizavam livros didáticos em suas turmas, mas, em sua maioria, apontavam críticas quanto à inadequação desses materiais à realidade da sala de aula. As professoras também mencionaram o uso de outros recursos, tais como livros paradidáticos/literários, que podem traduzir-se como indutores de práticas significativas de letramento, a depender de sua qualidade e de como são explorados.

Palavras-chave: Livros didáticos. Materiais didáticos. Práticas de ensino. Alfabetização. Letramento. Educação Infantil.

Abstract: In the field of early childhood education, there is much debate about the relevance of using textbooks at this stage of basic education. In the wake of these discussions, we aim, in this study, to investigate the role that books and other teaching materials play in the written language teaching practices adopted by Early Childhood Education teachers at schools in municipal education systems in the state of Pernambuco. To this end, the theoretical support of Brandão and Leal (2010), Brandão and Silva (2017), Araujo and Silva (2021), Corsino and Branco (2016), among others, is used. The study adopted a qualitative approach (Minayo, 2007) and included 20 responses from teachers working in early childhood education in municipal education systems in Pernambuco. The results indicated that 70% of the teachers used textbooks in their classes; however, most of them criticized the inadequacy of these materials for the classroom reality. The teachers also mentioned the use of other resources, such as literary books, which can be utilized as inducers of significant practices of social use of literacy, depending on their quality and how they are explored.

Keywords: Textbooks. Teaching materials. Teaching practices. Initial reading instruction. Literacy. Early childhood.

¹ Mestrando em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco | e-mail: augustoviniussilva.avs@gmail.com.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Associado IV do Núcleo de Formação Docente e do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea do Centro Acadêmico do Agreste dessa mesma universidade | e-mail: alexsandro.silva2@ufpe.br.

1 Introdução

A escrita está presente em todos os lugares e é parte fundamental da vida das pessoas nas sociedades grafocêntricas, sobretudo após o advento das tecnologias digitais. Tal tendência não é indiferente às crianças, cujo contato com o mundo da escrita se inicia antes mesmo de ingressarem no espaço escolar, se entendermos que os diversos contextos por elas vivenciados também estão permeados por essa linguagem. Em outras palavras, direta ou indiretamente, a língua escrita situa-se no horizonte da criança.

Ante esse cenário, considera-se salutar que investigações acerca do ensino da língua escrita na Educação Infantil (EI) sejam realizadas, principalmente ao considerar o contexto de controvérsias que esse campo atravessa (Brandão; Leal, 2010). De acordo com Brandão e Silva (2017) há um debate semelhante em torno do uso ou não do livro didático (LD) nessa etapa da educação básica, no qual muito se discute acerca da pertinência do uso desses materiais didáticos nos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos na EI.

Assim, este artigo constitui parte de um estudo maior que investigou o papel desempenhado por documentos curriculares, livros e outros materiais didáticos nas práticas de ensino da língua escrita adotadas por professoras da EI. Neste trabalho, o foco estará neste último aspecto investigado. Assim, objetiva-se investigar o papel que livros e outros materiais didáticos desempenham nas práticas de ensino da língua escrita adotadas por professoras da EI de escolas de redes municipais de ensino do estado de Pernambuco.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira, é apresentada uma breve discussão acerca do ensino da língua escrita em livros e de outros materiais didáticos na EI. Em seguida, será exposta a abordagem teórico-metodológica e os resultados e discussões da pesquisa. Por fim, algumas considerações finais serão tecidas.

2 Ensino da língua escrita em livros e materiais didáticos da Educação Infantil

Conforme Brandão e Leal (2010), o ensino da língua escrita na Educação Infantil situa-se em um contexto de tensões, debates e controvérsias no que diz respeito à sua presença nessa etapa da educação básica. Segundo as autoras, entre as disputas, haveria o grupo denominado “obrigação da alfabetização”, chamados assim por defenderem um ensino da língua escrita antes dos 6 anos pautado em exercícios com cópias e repetições e por considerarem o sistema de notação alfabética enquanto um código. Por outro lado, as autoras

DOI: 10.24024/23585188v16n2a2023p029042

apontam o grupo do “letramento sem letras”, que enfatizam o ensino de diversas linguagens na Educação Infantil, mas se colocam em oposição ao ensino da língua escrita, notada como conteúdo escolar.

Nessa mesma linha, Brandão e Silva (2017) pontuam que discussões semelhantes permeiam o campo da educação quando se trata da presença de livros didáticos na Educação Infantil. Nesse sentido, os autores entendem que o uso desse recurso didático implica uma cuidadosa reflexão, tendo em vista sua qualidade, suas concepções de ensino e os impactos que podem causar na rotina da sala de aula. Assim, ao situarem os argumentos a favor e contra o seu uso, consideram que tais materiais não são imprescindíveis em turmas de crianças menores de seis anos, defendendo, em seu lugar, o investimento na formação continuada de professoras e professores, na melhoria de suas condições salariais, bem como nos espaços e na infraestrutura das escolas infantis.

Em 2019, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)³ incluiu, pela primeira vez, a EI em seu escopo, contemplando obras didáticas destinadas a professoras e professores dessa etapa. Em 2020, o Ministério da Educação (MEC) tornou pública, sem debate, a aquisição de livros didáticos destinados também a crianças da EI, o que gerou muitas críticas e evidenciou uma inflexão quanto à posição anteriormente sustentada de não uso de livros didáticos nesse segmento da Educação Básica (Araujo; Silva, 2021). Entretanto, antes mesmo dessas decisões unilaterais do MEC, alguns estudos já demonstravam que redes municipais de educação usavam apostilas, sistemas apostilados de ensino e livros didáticos na Educação Infantil.

No estudo de Corsino e Branco (2016), as autoras identificaram que, no estado do Rio de Janeiro, embora quase metade dos 64 municípios que responderam ao questionário aplicado (cerca de 48,39%) não tenha distribuído livros didáticos para a Educação Infantil, o restante das redes de ensino fornecia algum tipo de material às instituições infantis: 14,52% distribuíam livros didáticos à pré-escola; 11,29%, apostilados desenvolvidos pela própria secretaria; 4,84%, sistemas apostilados; e 27,42%, apostilas para os professores. No levantamento de Araujo e Silva (2021), realizado junto a 34 redes de ensino da região agreste

³ O Decreto nº 9099, de 18 de julho de 2017, alterou o nome do Programa para “Programa Nacional do Livro e do Material Didático”, embora tenha mantido a mesma sigla.

DOI: 10.24024/23585188v16n2a2023p029042

de Pernambuco, 38,8% utilizavam algum material, sendo 7 redes com livros didáticos, 5 com apostilas e 2 com fichas de atividades.

Os estudos mencionados evidenciam como as instituições responsáveis pela educação brasileira demonstram certas tendências que impactam as práticas de ensino de professoras e professores, especialmente no contexto da Educação Infantil. Nesse limiar de discussões, Araujo e Silva (2021) corroboram com o que Brandão e Silva (2017) apontam entre os argumentos contrários ao não uso de livros didáticos nessa etapa da Educação Básica: o aumento das atividades com lápis e papel, com maior tempo de permanência das crianças sentadas.

Apesar do debate contrário ao uso dos livros didáticos, em 2022 entrava em vigor o PNLD – Educação Infantil que distribuiu livros e materiais didáticos para redes municipais de educação de todo o país. Conforme o Guia Digital dessa edição do PNLD, as obras aprovadas no Programa seguiriam os critérios predefinidos na BNCC, algo já observado no PNLD 2019 com relação a obras destinadas a professores da EI (Silva; Silva, 2023). Entretanto a edição de 2022 do Programa esteve estreitamente subordinada à Política Nacional de Alfabetização (PNA) vigente até então.

Tal aspecto foi percebido e apontado por Paz, Silva e Albuquerque (2023), ao analisarem um dos livros aprovados no PNLD 2022, a coleção Porta Aberta, de autoria de Isabella Carpaneda e publicado pela Editora FTD Educação. Segundo as autoras, o material em questão segue uma perspectiva de preparação dos aprendizes para a alfabetização, ao propor “atividades repetitivas e descontextualizadas, que têm o objetivo de preparar as crianças para a alfabetização, o que é defendido na PNA” (Paz; Silva; Albuquerque, 2023, p. 294).

A PNA, instituída através do decreto 9.765 em 11 de abril de 2019, por meio da Secretaria de Alfabetização (SEALF), visaria “melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional” (Brasil, 2019, n. p.). Entretanto, essa política, na verdade, representou um retrocesso significativo na política educacional brasileira ao retomar práticas de ensino mecânicas e retrógradas pautadas na ideia de “preparação para a alfabetização” na EI.

Nesse contexto, o PNLD 2022 – Educação Infantil apresenta um catálogo de livros que, conforme o documento, constituem “obras didáticas [...] com conceitos atualizados e

DOI: 10.24024/23585188v16n2a2023p029042

atividades pedagógicas que favorecem a prática de ensino” (Brasil, 2021, n. p.). Conforme Bunzen Júnior (2020), os “conceitos atualizados” em questão referem-se ao apagamento impetrado do termo “letramento”, amplamente adotado há décadas no campo educacional brasileiro. Nesse sentido, a “atualização” se daria pela suposta novidade do conceito “literacia”, termo já utilizado em documentos curriculares portugueses.

Em suma, a PNA, que oficializou o método fônico no Brasil, representou um completo apagamento do que se acumulou em termos de produção de conhecimento sobre alfabetização e letramento no Brasil, desde os anos 1980, reduzindo o conceito de alfabetização ao de mera aquisição de um código e o de letramento, substituído pelo termo “literacia”, ao de um construto ambíguo e muito pouco preciso. Esse “desvio de curso” teve, evidentemente, implicações na produção dos livros didáticos destinados à EI, que deveriam estar alinhados aos preceitos da PNA, revogada no ano de 2023.

3 Metodologia

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, considerando que teve por pretensão investigar o papel desempenhado por livros e outros materiais didáticos nas práticas de ensino da língua escrita desenvolvidas por professoras dos últimos anos da Educação Infantil. Nesse sentido, entende-se que, enquanto produções humanas, livros e outros materiais didáticos materializam representações, intencionalidades e significados advindos de seus contextos de produção. Propõe-se, então, compreender o papel que tais artefatos podem exercer na realidade social da escola, a partir do que dizem professoras de redes municipais de ensino do estado de Pernambuco.

Dessa forma, para geração dos dados, utiliza-se a técnica denominada “sondagem de opinião”, que, conforme Minayo (2007, p. 64), consiste em “um questionário totalmente estruturado, no qual a escolha do informante está condicionada a dar respostas a perguntas formuladas pelo investigado”. À vista disso, construiu-se um conjunto de 20 (vinte) perguntas – fechadas e abertas – organizadas em 4 partes. Este artigo, sistematiza as respostas dadas as perguntas da última parte, que se referem ao papel dos livros e materiais didáticos nas práticas de ensino da língua escrita desenvolvidas pelas professoras participantes do estudo.

DOI: 10.24024/23585188v16n2a2023p029042

A disponibilização desse questionário ocorreu por meio de um formulário eletrônico, elaborado na plataforma Google Formulários (ou *Google Forms*). O link foi compartilhado entre professoras dos últimos anos da EI (Pré-escola I e II – 4 e 5 anos) de diversas redes municipais de educação pernambucanas, e disponibilizado durante o período de uma semana do mês de outubro de 2022, reunindo 20 respostas. Para a seleção das respondentes, cujo perfil aparece descrito no Quadro 1, elegeram-se dois critérios: 1) estarem atuando em turmas dos dois últimos anos da EI; e 2) serem professoras de alguma rede municipal do estado de Pernambuco.

Quadro 1 – Perfil socioprofissional das professoras colaboradoras da pesquisa

IDENTIFICAÇÃO ⁴	IDADE	REDE MUNICIPAL	FORMAÇÃO	TEMPO EXP.
Professora A	51	Caruaru	Graduada	32
Professora B	34	Caruaru	Pós-graduada	4
Professora C	29	Caruaru	Pós-graduada	12
Professora D	47	Caruaru	Pós-graduada	10
Professora E	50	Caruaru	Pós-graduada	18
Professora F	42	Jaboatão dos Guararapes/Recife	Graduada	10
Professora G	30	Jaboatão dos Guararapes	Graduada	3
Professora H	43	Jaboatão dos Guararapes	Pós-graduada	19
Professora I	31	Jaboatão dos Guararapes	Pós-graduada	7
Professora J	47	Jaboatão dos Guararapes	Pós-graduada	33
Professora K	22	Brejo da Madre de Deus	Graduanda	4
Professora L	50	Brejo da Madre de Deus	–	15
Professora M	35	Brejo da Madre de Deus	Graduada	6
Professora N	45	Brejo da Madre de Deus	Pós-graduada	15
Professora O	35	Toritama	Pós-Graduada	3
Professora P	40	Toritama	Graduada	20
Professora Q	30	Toritama	Mestra	3
Professora R	41	Toritama	Pós-graduada	5
Professora S	25	São Caetano	Graduada	2
Professora T	24	Catende	Graduada	3

Fonte: Elaborado pelos autores da pesquisa.

Conforme observado no Quadro 1, entre as 20 participantes do estudo, 5 (25%) delas atuavam na rede municipal de ensino de Caruaru; 5 (25%) na rede de Jaboaão dos Guararapes (sendo uma delas também professora da rede de Recife); 4 (20%) em Brejo da Madre de Deus; 4 (20%) em Toritama; e, respectivamente, 1 (5%) em São Caetano e 1 (5%) em Catende. Quanto à formação das professoras, com base nas respostas, 1 (5%) ainda estava

⁴ Devido à quantidade de respostas obtidas e a necessidade de preservarmos suas respectivas identidades, optamos por identificar as professoras colaboradoras com letras do alfabeto.

DOI: 10.24024/23585188v16n2a2023p029042

na graduação em Pedagogia, enquanto 7 (35%) já eram graduadas (dessas, apenas 5 informaram o curso de graduação – 4 licenciadas em Pedagogia e 1 em Ciências Biológicas); 11 (55%) possuíam algum nível de pós-graduação, sendo uma delas mestra.

Os dados fornecidos por esse grupo de vinte professoras foram analisados a partir da Análise de Conteúdo, que, conforme Bardin (2004), trata-se de “*um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens*” (p. 44, grifo da autora). Nessa direção, elencamos as etapas de nosso percurso analítico: pré-análise; exploração do material e categorização; tratamento dos resultados e inferência.

4 Livros e outros materiais didáticos nas práticas de ensino da língua escrita de professoras da Educação Infantil

Para iniciar, a pesquisa concorda com Albuquerque e Ferreira (2021, p. 14), quando dizem que “as formas como o professor se relaciona com este material [o livro didático] e o uso que dele faz na organização das suas práticas pedagógicas cotidianas é que vão indicar a importância desse material didático”. Assim, o que dizem as professoras participantes desta pesquisa acerca do uso de livros e de outros materiais didáticos em sala de aula expressa alguns indícios acerca do lugar que eles podem ter em suas práticas no dia a dia, e é sobre tal aspecto que se irá discutir.

Quando perguntou-se às professoras se elas utilizavam ou não livros didáticos (doravante, LD) no cotidiano da sala de aula, percebeu-se, conforme o Quadro 2, que das 20 respondentes, a maioria (16) utilizava esse recurso em sala, correspondendo a 70% das respostas.

Quadro 2 – Indicação de professoras respondentes que utilizavam livros didáticos em sala de aula

Uso do LD em sala de aula	PROFESSORAS																			
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S	N	N	S	S	S	S	S	S	S	N
	*								**											

*S – Sim; ** N – Não

Fonte: Elaborado pelos autores da pesquisa.

DOI: 10.24024/23585188v16n2a2023p029042

Outro dado importante a ser mencionado é a distribuição de livros didáticos por parte das redes municipais de ensino nas quais as professoras atuavam. Das 6 (seis) redes, 5 (cinco) adotavam livro didático na EI, o que representa 83,33%. Mantidas as devidas proporções, os dados representam um aumento significativo no uso desse recurso, se comparados com os dados apresentados por Araujo e Silva (2021), nos quais 20,59% (sete) das 34 redes adotavam livros didáticos na EI.

Considera-se que o principal motivo da ampliação no uso desse recurso inscreve-se no movimento de inclusão da EI no âmbito do PNLD, com distribuição de livros destinados às crianças em 2022 (Araujo; Silva, 2021). Tal aspecto também explicaria o alto índice de professoras que responderam acerca do uso do LD. Entre as coleções adotadas pelas redes municipais a que pertenciam as professoras colaboradoras, foram mencionadas “Porta Aberta”, da Editora FTD, adotada pelas redes de ensino de Caruaru, Recife e Jaboatão dos Guararapes; e “Adoletá”, da Editora do Brasil S.A., adotada por Toritama e São Caetano.

O Quadro 3, a seguir, permite visualizar a disposição das respostas acerca da opinião das professoras referente ao LD adotado pela rede municipal.

Quadro 3 – Opiniões das professoras respondentes acerca do LD adotado pela rede municipal

LDs adotados pelas redes municipais	PROFESSORAS																			
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
	F*	F	F	F	N**	N	N	N	N	N	N	– ***	F	F	N	N	N	N	F	–

* Favorável (F); ** Não favorável (N); *** Sem opinião formada ou não respondeu.

Fonte: Elaborado pelos autores da pesquisa.

Ressalta-se, assim como Brandão e Silva (2017) e Araujo e Silva (2021), que a adoção de livros didáticos nessa etapa escolar merece uma reflexão cuidadosa acerca de diversos aspectos que atravessam esses materiais, como, por exemplo, sua qualidade, suas concepções e as suas contribuições ou não para o trabalho desenvolvido em sala de aula. Quanto aos livros adotados pelas respectivas redes municipais das respondentes, as professoras apresentaram as seguintes respostas acerca desses materiais: 11 (55% das respondentes) – isto é, a maioria – mostraram-se críticas a esses materiais, tecendo considerações acerca de sua não adequação à realidade da turma ou sobre atividades repetitivas e não pertinentes à EI. Entre as professoras favoráveis, 7 (35%) mencionaram a possibilidade de abordar atividades

DOI: 10.24024/23585188v16n2a2023p029042

dinâmicas e aspectos da aprendizagem da língua escrita, como a consciência fonológica, enquanto 2 (10%) professoras não responderam à pergunta. A seguir, é possível visualizar algumas das considerações tecidas pelas professoras:

Propõe atividades dinâmicas e lúdicas, seguindo uma temática, o que traz significado às crianças, porque são temas da realidade do aluno. Consciência fonológica de palavras, pois vem destacando letras, sílabas, sons iniciais e finais, atividades que são importantes nessa etapa de ensino. (Professora B, 2022).

Acho um pouco pobrinho com relação a sugestões de atividades, porém ele é só mais um recurso. (Professora O, 2022).

Minha turma é Pré I, crianças de 4 anos. O livro parece não acompanhar o interesse das crianças, limita-se à apresentação das vogais e possui exercícios repetitivos. (Professora Q, 2022).

As professoras, ao tecerem apreciações quanto aos livros, apontaram lacunas e inadequações ou aspectos positivos nesses materiais, que estariam ou não de acordo com suas práticas de ensino nessa etapa escolar. Ainda observando o Quadro 2, entre as 4 (quatro) professoras que não utilizavam o livro, 2 delas alegaram que não havia quantidade suficiente desses recursos para toda a rede, o que levou suas turmas a não serem contempladas, muito embora também não achassem esses livros adequados às realidades de suas salas de aula.

Retomamos a menção da Professora B quando disse que o LD “é só mais um recurso”, pois a pergunta seguinte feita às professoras versava sobre a utilização de outros materiais didáticos, além do livro, em suas turmas. Foi unânime, entre as professoras, o uso de outros materiais didáticos e paradidáticos, conforme é possível visualizar a seguir nos dados do Quadro 4:

Quadro 4 – Indicação de outros recursos didáticos utilizados pelas professoras respondentes

RECURSOS	PROFESSORAS																			TOTAL	
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S		T
Livros paradidáticos/Literários	X					X	X	X			X							X			06
Caderno de atividades		X	X	X																X	04
Apostilas			X																		01
Outros	X				X		X		X	X	X	X	X	X	X	X	X		X		13

Fonte: Elaborado pelos autores da pesquisa.

Conforme é possível observar no Quadro 4, o uso de “Livros paradidáticos/literários” foi mencionado 6 vezes (30%), enquanto o de “Cadernos de atividades”, disponibilizado pelas

DOI: 10.24024/23585188v16n2a2023p029042

redes de ensino, apareceu 4 vezes (20%). Já no caso das “Apostilas”, há apenas 1 única menção (5%). Outros recursos didáticos foram mencionados pela maioria das docentes.

Os livros paradidáticos/literários tiveram o maior número de menções entre os outros materiais usados em sala de aula. Dessa forma, o presente estudo acredita que o ensino da língua escrita deve ser desenvolvido em um contexto de letramento. É necessário promover, desde cedo, o contato das crianças com livros e materiais de leitura diversificados, que apresentem boa qualidade textual, temática e gráfica, especialmente aqueles do universo literário. Esta abordagem é compreendida como:

[...] um aspecto importante da introdução no mundo da escrita, que se faz por diferentes meios. Um deles é o contato da criança com o material escrito, com a língua escrita, e um lado fundamental disso é a criação de um contexto de letramento, em que a criança conviva com material escrito em suas várias formas e gêneros (Soares, 2011, n. p.).

Dessa forma, pode-se inferir que a presença desse material em sala de aula pode produzir impactos nas práticas das professoras, no sentido de proporcionar mais momentos nos quais os usos sociais da língua escrita estão presentes. A presença significativa desses materiais torna-se um importante indutor de práticas de letramento nas turmas, favorecendo também positivamente o processo de apropriação do sistema de representação da língua, como observa Moraes (2012): “as oportunidades de vivenciar práticas de leitura e escrita influenciam muitíssimo o ritmo do processo de apropriação do sistema alfabético e dos conhecimentos sobre a linguagem usada ao escrever” (p. 75).

No que se refere aos “cadernos de atividades” e às “apostilas”, retoma-se o estudo de Araujo e Silva (2021), pois os autores já haviam identificado a presença de tais materiais entre aqueles distribuídos pelas redes municipais de ensino do agreste pernambucano. Segundo o estudo, 20,59% das 34 redes que responderam ao questionário adotavam cadernos de atividades ou apostilas. Em uma análise qualitativa desses dados, percebe-se que apenas as professoras das redes de ensino de Caruaru e Catende mencionaram a presença desses materiais, o que não significa, contudo, que eles não possam ser distribuídos por outras redes.

Entre os “outros” recursos mencionados pelas professoras, essa foi a subcategoria que apareceu com mais menções no Quadro 3: 13 (65%), no total. Foram mencionados recursos diversos e que compreenderam um amplo espectro de abordagens do eixo não somente da alfabetização, mas também de outros campos de aprendizagens dessa etapa da Educação Básica. Contudo, restringindo-nos à alfabetização, encontramos 10 (dez) menções a jogos de

DOI: 10.24024/23585188v16n2a2023p029042

alfabetização, 7 (sete) ao uso de vídeos pedagógicos, 3 (três) ao trabalho com o alfabeto móvel e 2 (duas) ao trabalho com músicas. Entre as menções indicadas, os objetivos de tais recursos se concentraram na abordagem, de forma lúdica, de aspectos da alfabetização com as crianças, trabalhando com palavras estáveis, consciência fonológica e escrita espontânea. Tais materiais tiveram seus usos evidenciados pelas professoras, que destacaram sua pertinência no trabalho com a EI, conforme podemos ver nos relatos abaixo:

Acho importante, pois dá significado aos momentos propostos em sala, tornando o aprendizado mais dinâmico para as crianças (Professora I, 2022).

Esses materiais são recursos importantes para o desenvolvimento do planejamento e nos trazem um norte enquanto professor, para mediar o trabalho em sala. São materiais que apresentam uma sequência lógica, trazendo uma temática, com assuntos abordados que fazem parte da realidade do aluno (Professora O, 2022).

Eles [os estudantes] amam, pois procuro sempre diversificar, embora sigamos sempre uma rotina, no momento da leitura, sempre acompanhada de música ou vídeo, seguido de rodas de conversas (Professora N, 2022).

Dessa forma, pode-se compreender, a partir das respostas das professoras, que tais recursos didáticos, livros e outros materiais ocupavam um lugar significativo nas práticas de ensino das participantes da pesquisa. No caso dos LDs, 70% das respondentes apontaram seu uso em atividades no cotidiano das turmas, embora algumas delas apontassem críticas a esses materiais e tentassem adaptá-los ao contexto de suas turmas. Quanto aos outros recursos, foi unânime a menção ao uso de materiais diversificados, a fim de contribuir para o ensino da língua escrita de maneira lúdica e contextualizada. Esses últimos aspectos mencionados evocam o que Araujo e Silva (2021, p. 211) apontam quando nos falam que “é por meio, sobretudo, das maneiras de fazer, nas práticas cotidianas, que os docentes podem alterar o uso dos livros didáticos ou de outros materiais didáticos, de acordo com suas necessidades e interesses, mobilizados pelos seus saberes”.

Para concluir, percebe-se que as respostas obtidas indicaram a intensa presença de livros e outros materiais didáticos nas práticas de alfabetização e letramento das professoras participantes do estudo. Entende-se, assim, tal qual indicam Brandão e Silva (2017), que a presença desses materiais não é imprescindível na Educação Infantil e que, antes de sua adoção, é necessária uma criteriosa reflexão acerca de sua qualidade, de suas concepções de ensino e aprendizagem e de seus impactos no cotidiano da sala de aula.

Considerações finais

DOI: 10.24024/23585188v16n2a2023p029042

Ao tratar dos dados referentes aos livros e materiais didáticos, percebe-se uma maior presença desses recursos nas salas de aula da Educação Infantil, quando comparados com estudos anteriores (Araujo; Silva, 2021). Tais indícios relacionam-se, no caso dos livros didáticos, à inclusão dessa etapa da Educação Básica no PNLD, no ano de 2022, como já dissemos, o que implicou a distribuição de tais materiais pelo MEC para uso pelas crianças.

Apesar de estarem presentes nas práticas de ensino da grande maioria das professoras respondentes, muitas delas apresentaram críticas contundentes a esses materiais, citando, sobretudo, questões relacionadas à adequação deles à faixa etária das crianças e à qualidade desses livros. Outros relatos, no entanto, destacaram a diversidade de atividades de alfabetização desses materiais. Pode-se entender, dessa forma, que o uso desses materiais relaciona-se necessariamente ao crivo das professoras, que decidem se são adequados ou não e, portanto, se serão ou não usados. Mas, para além do livro didático, as professoras também mencionaram o uso de outros recursos, tais como livros paradidáticos/literários, que, ao estarem presentes nas classes, podem traduzir-se como indutores de práticas significativas de letramento, a depender da qualidade de tais materiais e do modo como são explorados.

Para concluir, é necessário ressaltar a autonomia necessária dos docentes, a fim de que possam refletir sobre a adequação ou não de tais materiais às suas práticas de ensino, uma vez que, ao adentrarem às turmas de EI, podem desempenhar um lugar significativo nas práticas cotidianas. Nesse sentido, não se pode também perder de vista o respeito às necessidades das crianças pequenas e o lugar das interações e da brincadeira como eixos estruturantes dessa etapa da educação básica.

Referências

ALBUQUERQUE, E. B. C.; FERREIRA, A. T. B. Livros didáticos, cartilhas, manuais, apostilas: são eles que alfabetizam? *In*: ALBUQUERQUE, E. B. C. de; FERREIRA, A. T. B. (org.). **Práticas de alfabetização**: o lugar dos livros didáticos na organização do trabalho docente. Curitiba: CRV, 2021.

ARAÚJO, R. A. S.; SILVA, A. da. O livro didático na educação infantil: reflexões sobre práticas de ensino de leitura e de escrita. *In*: ALBUQUERQUE, E. B. C. de; FERREIRA, A.

DOI: 10.24024/23585188v16n2a2023p029042

T. B. (org.). **Práticas de alfabetização**: o lugar dos livros didáticos na organização do trabalho docente. Curitiba: CRV, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Digital PNLD 2022**: Obras didáticas e pedagógicas – Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB/FNDE, 2021.

SOARES, Magda. Aprendizagem lúdica. [Entrevista concedida a] Rubem Barros. **Ensino Superior**, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/2011/11/01/aprendizagem-ludica/>. Acesso em: 16 de nov. 2023.

BRANDÃO, A. C. P. A.; SILVA, A. O ensino da leitura e escrita e o livro didático na Educação Infantil. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 440-449, set./dez. 2017.

BRANDÃO, A. C. P.; LEAL, T. F. Alfabetizar e letrar na educação infantil: o que isso significa? *In*: BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. S. (org.) **Ler e escrever na educação infantil**: discutindo práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUNZEN JÚNIOR, C. Um breve decálogo sobre o conceito de ‘literacia’ na Política Nacional de Alfabetização (PNA, 2019). **Revista brasileira de alfabetização**, São Paulo, n. 10 (ed. esp.) p. 44-51, jul./dez. 2019.

CORSINO, P.; BRANCO, J. C. Obrigatoriedade escolar aos quatro anos: indagações sobre materiais didáticos escolares. **Textura**: revista de educação e letras, Canoas, v. 18 n. 37, p.125-149, maio/ago. 2016.

DOI: 10.24024/23585188v16n2a2023p029042

LEAL, T. F.; SILVA, A. Brincando, as crianças aprendem a falar e a pensar sobre a língua. *In: BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. S. (org.) Ler e escrever na educação infantil: discutindo práticas pedagógicas.* Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MORAIS, A. G. O desenvolvimento da consciência fonológica e a apropriação da escrita alfabética entre crianças brasileiras. **Revista brasileira de alfabetização**, São Paulo, n. 1, p. 59-76, jan./jun. 2015.

MORAIS, A. G. **Sistema de escrita alfabética.** São Paulo: Melhoramentos, 2012.

MORAIS, A. G.; SILVA, A.; NASCIMENTO, G. S. Ensino da notação alfabética e práticas de leitura e escrita na educação infantil: uma análise das três versões da Base Nacional Comum Curricular. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 1-25, 2020.

PAZ, D. D. G.; SILVA, M. C. L.; ALBUQUERQUE, E. B. C. Livro didático na educação infantil: o que dizem as professoras que fazem uso do Porta Aberta (PNLD 2022). **Linha Mestra**, [s. l.], v. 17, n. 50, p. 286-300, maio/ago. 2023.

SILVA, A. V. O.; SILVA, A. Obras didáticas destinadas a professores de educação infantil aprovadas no PNLD 2019: que sugestões de atividades de leitura e de escrita são propostas no livro “Pé de brincadeira?”. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO*, 6., 2023, Belém. **Anais [...]**. Belém: UFPA, 2023.